

Uadi Lammêgo Bulos

Professor de Direito Constitucional
Doutor e Mestre em Direito do Estado (PUC-SP)
Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Constitucional (SBDC)

Curso de **DIREITO** Constitucional

10ª edição
revista e atualizada até a
Emenda Constitucional n. 95, de 15-12-2016,
e os últimos julgados do Supremo Tribunal Federal

2017

ISBN 978-85-472-0363-4

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB - 8/7057

Bulos, Uadi Lammêgo

Curso de direito constitucional / Uadi Lammêgo Bulos. – 10. ed. – São Paulo : Saraiva, 2017.

Bibliografia

1. Brasil - Constituição (1988) 2. Direito constitucional - Brasil
3. Direitos humanos - Brasil I. Título.

17-0199

CDU 342.4(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito constitucional : Brasil 342.4(81)


saraiva

Av. das Nações Unidas, 7.221, 12º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902**SAC**

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato**Presidente** Eduardo Mufarej**Vice-presidente** Claudio Lensing**Diretora editorial** Flávia Alves Bravin**Conselho editorial****Presidente** Carlos Ragazzo**Consultor acadêmico** Munilo Angeli Dias dos Santos**Gerência****Planejamento e novos projetos** Renata Pascual Müller**Concursos** Roberto Navarro**Legislação e doutrina** Thais de Camargo Rodrigues**Edição** Eveline Gonçalves Denardi

Verônica Pivisan Reis

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)

Luciana Cordeiro Shirakawa

Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Guilherme H. M. Salvador

Kelli Priscila Pinto

Marília Cordeiro

Mônica Landi

Surane Vellenich

Tatiana dos Santos Romão

Tiago Dela Rosa

Diagramação e revisão Know-How Editorial**Comunicação e MKT** Elaine Cristina da Silva**Capa** Gislaine Ribeiro**Produção gráfica** Marli Rampim**Impressão e acabamento** Prol Editora Gráfica**Data de fechamento da edição: 20-1-2017**Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 602032 CAE 586557

SUMÁRIO

Obras do autor.....	5
Abreviaturas e siglas.....	11
Novidades da 10ª edição.....	49
Como estudar Direito Constitucional	51
Capítulo 1 — DIREITO CONSTITUCIONAL	
1. A terminologia <i>Direito Constitucional</i>	55
2. Noção de Direito Constitucional.....	56
3. Objeto do Direito Constitucional.....	57
4. Conteúdo do Direito Constitucional.....	58
4.1. Direito Constitucional Positivo.....	59
4.2. Direito Constitucional Comparado	59
4.3. Direito Constitucional geral	60
4.4. Direito Constitucional material e formal	60
4.5. Direito Constitucional Internacional	62
4.6. Direito Constitucional Comunitário	62
Capítulo 2 — CONSTITUCIONALISMO	
1. Constitucionalismo: palavra recente numa ideia remota.....	64
2. Sentidos do constitucionalismo	64
2.1. Constitucionalismo em sentido amplo.....	64
2.2. Constitucionalismo em sentido estrito.....	65
3. Constitucionalismo e estabelecimento de regimes constitucionais.....	66
4. Evolução do constitucionalismo.....	66
4.1. Constitucionalismo primitivo.....	66
4.2. Constitucionalismo antigo.....	68
4.3. Constitucionalismo medieval.....	69
4.4. Constitucionalismo moderno	71
4.5. Constitucionalismo contemporâneo	76
4.5.1. Neoconstitucionalismo	79
a) O que é neoconstitucionalismo.....	80
b) Origem do neoconstitucionalismo.....	80
c) Características do neoconstitucionalismo.....	80
d) Acepções do termo <i>neoconstitucionalismo</i>	81
d.1) Neoconstitucionalismo como modelo axiológico de constituição normativa ..	81
d.2) Neoconstitucionalismo como modelo de Estado de Direito, implantado com base em determinada forma de organização política.....	81
d.3) Neoconstitucionalismo como conjunto de ideias hauridas de uma “nova” Teoria do Direito	82
d.3.1) Neoconstitucionalismo em face das teses pós-positivistas	82
d.3.2) Neoconstitucionalismo em face da tese do <i>soft positivism</i>	83
d.3.3) Neoconstitucionalismo em face da tese do positivismo inclusivo e suas variantes	83
d.3.4) Neoconstitucionalismo como ponto de confluência entre o positivismo, o jusnaturalismo e o realismo jurídico.....	84
d.3.5) Neoconstitucionalismo em face da tese do moralismo jurídico.....	85

d.4) Neoconstitucionalismo como marco histórico, filosófico e teórico	86
e) Crítica ao neoconstitucionalismo	86
f) Neoconstitucionalismo em seu devido lugar	89
4.5.2. Transconstitucionalismo	90
a) O que é transconstitucionalismo	90
b) Cronologia do transconstitucionalismo	91
c) Transconstitucionalismo <i>stricto sensu</i>	92
c.1) Características do transconstitucionalismo <i>stricto sensu</i>	93
d) Transconstitucionalismo <i>lato sensu</i>	93
d.1) Características do transconstitucionalismo <i>lato sensu</i>	94
e) Como o transconstitucionalismo pode se apresentar	94
f) Transconstitucionalismo na jurisprudência do STF	95
f.1) Diálogo transconstitucional do STF com outras Cortes de Justiça	96
4.6. Constitucionalismo do porvir	97

Capítulo 3 — CONSTITUIÇÃO

1. Teoria da Constituição	99
2. Noção de constituição	100
3. Constituição e carta constitucional	101
4. Grafia da palavra <i>constituição</i>	102
5. Sentidos tradicionais de constituição	102
5.1. Constituição sociológica	103
5.2. Constituição jurídica	103
5.3. Constituição política	104
6. Outros sentidos de constituição	104
6.1. Constituição jusnaturalista	104
6.2. Constituição positivista	104
6.3. Constituição marxista	105
6.4. Constituição institucionalista	105
6.5. Constituição culturalista	105
6.6. Constituição estruturalista	105
6.7. Constituição biomédica	105
6.8. Constituição compromissória	106
6.9. Constituição suave	106
6.10. Constituição em branco	107
6.11. Constituição plástica	107
6.12. Constituição empresarial	108
6.13. Constituição oral	108
6.14. Constituição instrumental	108
6.15. Constituição como estatuto do poder	109
7. Sentidos contemporâneos de constituição	109
7.1. Constituição como ordem material e aberta da comunidade	109
7.2. Constituição dirigente	109
7.3. Constituição como instrumento de realização da atividade estatal	110
7.4. Constituições subconstitucionais ou subconstituições	110
7.5. Constituição como documento regulador do sistema político	111
7.6. Constituição como processo público	111
7.7. Constituição como meio de resolução de conflitos	112
7.8. Constituição como garantia do <i>status</i> econômico e social	112
7.9. Constituição.com (<i>crowdsourcing</i>)	112
8. Classificação das constituições	113
8.1. Quanto à origem: históricas, democráticas, outorgadas, pactuadas, cesaristas	114
8.2. Quanto à essência: normativas, semânticas e nominais	115

8.3. Quanto à sistematização: unitárias e variadas	115
8.4. Quanto à ideologia: ortodoxas e ecléticas	116
8.5. Quanto à extensão: sintéticas e analíticas	116
8.6. Quanto ao conteúdo: materiais e formais	116
8.7. Quanto à forma: escritas e não escritas	117
8.8. Quanto ao processo de mudança: rígidas, flexíveis, transitariamente flexíveis, semirrígidas, fixas e imutáveis	118
9. Classificação da Constituição brasileira	120
9.1. Quanto à origem: democrática	120
9.2. Quanto à essência: nominal	120
9.3. Quanto à sistematização: unitária	120
9.4. Quanto à ideologia: eclética	120
9.5. Quanto à extensão: analítica	120
9.6. Quanto ao conteúdo: formal	121
9.7. Quanto à forma: escrita	121
9.8. Quanto ao processo de mudança: rígida	121
10. Elementos mínimo-irreduzíveis das constituições	122
11. Heteroconstituições	124
 Capítulo 4 — RIGIDEZ E SUPREMACIA DAS CONSTITUIÇÕES	
1. Princípio da rigidez constitucional	126
1.1. Graus da rigidez constitucional	126
a) Grau máximo: constituições super-rígidas	126
b) Grau médio: constituições rígidas	126
c) Grau mínimo: constituições pouco rígidas	127
2. Princípio da supremacia constitucional	128
2.1. Princípio da supremacia na jurisprudência do STF	129
2.2. Reflexos da supremacia constitucional na ordem jurídica	130
2.3. Supremacia formal da constituição	131
2.4. Supremacia material da constituição	131
3. Supremacia constitucional e força normativa da constituição	132
4. Derrotabilidade de normas constitucionais	133
5. Exortação ao dever de obediência à supremacia constitucional	136
 Capítulo 5 — INCONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS	
1. Noção de constitucionalidade e inconstitucionalidade	138
2. Inconstitucionalidade e ilegalidade	140
3. Inconstitucionalidade das leis e atos normativos	140
3.1. Requisitos formais (procedimentais ou instrumentais)	141
a) Requisitos formais subjetivos	141
b) Requisitos formais objetivos	141
3.2. Requisitos materiais (substanciais ou de conteúdo)	142
4. Diferentes tipos de inconstitucionalidade	143
4.1. Inconstitucionalidade formal (instrumental ou extrínseca)	143
4.2. Inconstitucionalidade material (substancial ou intrínseca)	145
4.3. Inconstitucionalidade por ação e por omissão	150
4.4. Inconstitucionalidade total e parcial	153
4.5. Inconstitucionalidade direta e indireta	156
4.6. Inconstitucionalidade antecedente e conseqüente	158
4.7. Inconstitucionalidade causal	159
4.8. Inconstitucionalidade presente e pretérita	159
4.9. Inconstitucionalidade originária e superveniente	160
4.10. Inconstitucionalidade progressiva: a lei ainda constitucional e as situações constitucionais imperfeitas	163

5. Lei anterior incompatível com a Carta Magna: revogação	165
6. Inconstitucionalidade dos atos públicos e privados	166
7. Sanção de inconstitucionalidade	167
7.1. Regime da sanção de nulidade	168
7.2. Regime da sanção de anulabilidade	169
8. Recusa dos particulares a cumprir leis inconstitucionais	170
8.1. Direito de resistência e desobediência civil dos particulares	171
9. Recusa dos Poderes Públicos a cumprir leis inconstitucionais	175
10. Bloco de constitucionalidade (ou parâmetro constitucional)	179

Capítulo 6 — CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

1. Noção de controle de constitucionalidade	186
1.1. <i>A graphê paranomôn</i>	186
2. Fundamentos do controle de constitucionalidade	187
3. Todo ato inconstitucional é suscetível de controle?	188
4. Espécies do controle de constitucionalidade	190
4.1. Controles quanto ao órgão fiscalizador	190
a) Controle político	191
b) Controle jurisdicional (judiciário ou jurídico)	191
c) Controle misto (ecclético ou híbrido)	192
4.2. Controles quanto ao momento da fiscalização	192
a) Controle preventivo	192
b) Controle repressivo	192
5. Sistemas de controle da constitucionalidade	192
a) Sistema americano de controle da constitucionalidade	193
b) Sistema austríaco de controle da constitucionalidade	195
6. Modelos de controle da constitucionalidade no Direito Comparado	197
6.1. Portugal	197
6.2. França	197
6.3. Alemanha	198
6.4. Espanha	199
6.5. Itália	199
7. Modelo brasileiro de controle da constitucionalidade	200
7.1. Evolução do modelo brasileiro do controle de constitucionalidade	201
a) Constituição de 1824	201
b) Constituição de 1891	201
c) Constituição de 1934	202
d) Constituição de 1937	202
e) Constituição de 1946	203
f) Constituição de 1967 (EC n. 1/69)	203
g) Constituição de 1988	204
8. Controle jurisdicional de constitucionalidade	204
8.1. Vias jurisdicionais de declaração da inconstitucionalidade	204
8.1.1. Controle difuso da constitucionalidade	205
8.1.2. Controle difuso em sede de ação civil pública: possibilidade	207
8.1.3. Matérias afetas ao controle difuso	208
a) Lei ou ato normativo municipal em face das cartas estaduais	208
b) Lei ou ato normativo municipal em face da Carta Federal	210
c) Leis ou atos normativos distritais	210
d) Espécies normativas (CF, art. 59)	211
d.1) Emendas constitucionais	211
d.2) Medidas provisórias	212
e) Tratados internacionais	213
f) Leis estrangeiras inconstitucionais	213

g) Atos normativos privados.....	215
8.1.4. Matérias alheias ao controle difuso	215
a) Leis ou atos normativos revogados (anteriores à CF)	215
b) Normas constitucionais originárias	215
c) Ato inconstitucional com efeitos <i>erga omnes</i>	215
d) Crises de legalidade.....	216
e) Leis e atos de efeitos concretos	216
f) Súmulas (inclusive as súmulas vinculantes)	216
g) Ementas de leis diversas de seu conteúdo	216
h) Respostas do Tribunal Superior Eleitoral.....	216
i) Convenções coletivas de trabalho.....	216
j) Normas regimentais do processo legislativo.....	216
k) Resoluções do CNJ e do CNMP	216
8.1.5. Controle difuso do processo legislativo	217
a) Controle difuso durante o trâmite do processo legislativo	218
b) Controle difuso de normas regimentais: impossibilidade.....	219
c) Controle difuso das propostas de emendas à constituição (PECs)	223
8.1.6. Senado Federal no controle difuso (CF, art. 52, X)	225
a) Campo de aplicação do art. 52, X, da Constituição brasileira.....	225
b) Suspensão da excoercedade do ato inconstitucional.....	226
c) Abrangência da resolução senatorial: a terminologia “no todo ou em parte”	227
d) Impossibilidade de o Senado alterar a resolução por ele editada	228
e) Efeitos da resolução senatorial.....	228
f) O Senado não está obrigado a suspender o ato inconstitucional.....	228
g) O art. 52, X, da Carta Magna sofreu mutação constitucional?	229
8.2. Controle concentrado da constitucionalidade	235
8.2.1. Controle concentrado em sede de ação civil pública: impossibilidade	236
8.2.2. Controle concentrado do processo legislativo: impossibilidade.....	236
8.2.3. Supremo Tribunal Federal no controle concentrado.....	237
8.2.4. Mecanismos do controle concentrado da constitucionalidade	238
8.2.5. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva	239
a) Noção.....	240
b) Natureza jurídica	242
c) Particularidades do instituto	242
d) Finalidade.....	243
e) Objeto.....	244
f) Competência	245
g) Ação interventiva no plano estadual.....	245
h) Legitimidade	246
i) Partes.....	246
j) Lei n. 12.562/2011: processo e julgamento.....	247
k) Medida cautelar.....	250
l) Embargos infringentes	251
m) Sentença e julgamento	252
n) Efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal	253
8.2.6. Ação direta de inconstitucionalidade genérica.....	253
a) Noção.....	254
b) Natureza jurídica	254
c) Finalidade.....	256
d) Competência	257
e) Leis e atos normativos.....	258
f) Matérias que constituem objeto da ação direta genérica	258
f.1) Leis ou atos normativos estaduais.....	259
f.2) Leis ou atos normativos distritais	260

f.3) Decretos autônomos e atos regulamentares	261
f.4) Princípio da razoabilidade	263
f.5) Decisões normativas dos tribunais	263
f.6) Espécies normativas	264
f.7) Emendas constitucionais	264
f.8) Medidas provisórias	269
f.9) Tratados internacionais	271
f.10) Resoluções do CNJ e do CNMP	273
f.11) Leis de diretrizes orçamentárias	273
g) Matérias que não constituem objeto da ação direta genérica	273
g.1) Lei ou ato normativo municipal em face da Carta Federal	274
g.2) Leis ou atos normativos revogados (anteriores à CF)	274
g.3) Atos normativos privados	275
g.4) Crises de legalidade	275
g.5) Leis e atos de efeitos concretos	276
g.6) Súmulas	277
g.7) Ementas de leis diversas de seu conteúdo	277
g.8) Respostas do Tribunal Superior Eleitoral	277
g.9) Normas constitucionais originárias	277
g.10) Convenções coletivas de trabalho	279
g.11) Inconstitucionalidade reflexa	279
g.12) Leis estrangeiras inconstitucionais	279
g.13) Propostas legislativas ou projetos de leis	279
h) Legitimidade	279
h.1) Legitimidade ativa	280
h.2) Legitimidade passiva	289
i) Advogado-Geral da União: o curador da constitucionalidade	289
j) Procurador-Geral da República: o fiscal da lei	291
k) Procedimento	292
l) Petição inicial	292
m) Procuração	293
n) Prazo para pedido de informações	294
o) Requisição de informações adicionais	294
p) Litisconsórcio	295
q) <i>Amicus curiae</i> (Lei n. 9.869/99, art. 7º, § 2º)	295
r) Impossibilidade de intervenção de terceiros	300
s) Impossibilidade de oposição	301
t) Impossibilidade de desistência	301
u) Arguição de suspeição e impedimento	301
v) Prescrição e decadência	301
w) Tramitação paralela de ações diretas no Tribunal local e no STF	302
x) Medida cautelar	302
y) Decisão final	307
y.1) Coisa julgada na ação direta de inconstitucionalidade genérica	307
y.2) Ação rescisória nas ações diretas e coisa julgada inconstitucional	309
z) Reclamação	313
8.2.7. Ação declaratória de constitucionalidade	316
a) Noção	317
b) Natureza jurídica	317
c) Finalidade	317
d) Competência	318
e) Características	318
f) Objeto	318

g) Legitimidade	319
h) Manifestação do Procurador-Geral da República	320
i) Processo e julgamento.....	321
j) Medida cautelar.....	322
k) Decisão final.....	323
k.1) Efeitos da decisão final.....	323
k.2) Coisa julgada na ação declaratória de constitucionalidade	325
l) Reclamação.....	327
8.2.8. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	327
a) Noção.....	328
b) Finalidade.....	328
c) Natureza jurídica	329
d) Cabimento	330
d.1) Atos que comportam ADPF	330
d.2) Atos que não comportam ADPF.....	331
e) Subsidiariedade: inexistência de outro meio idôneo	332
f) Que é preceito fundamental?	334
g) Advento da Lei n. 9.882/99.....	335
h) Competência	336
i) Espécies de arguição: preventiva, repressiva, autônoma e incidental	336
j) É inconstitucional o parágrafo único, I, do art. 1º da Lei n. 9.882/99?	337
k) ADPF nas Constituições estaduais: possibilidade	338
l) Legitimidade ativa	338
m) Legitimidade passiva.....	339
n) Pertinência temática.....	339
o) Procedimento	339
p) Medida cautelar	339
q) Participação do Ministério Público	340
r) Decisão.....	340
8.2.9. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	341
a) Noção.....	342
b) Previsão constitucional	342
c) Previsão infraconstitucional	342
d) Finalidade.....	342
e) Cabimento	342
f) Competência	344
g) Ação por omissão nas Cartas estaduais.....	344
h) Legitimidade ativa e pertinência temática	344
i) Legitimidade passiva	344
j) Procedimento	345
k) Prazo	345
l) Medida cautelar.....	346
m) Decisão do STF que declara a omissão inconstitucional.....	346
8.3. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade.....	347
8.3.1. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso.....	348
a) Teoria da transcendência dos motivos determinantes no controle difuso	349
8.3.2. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle concentrado.....	351
9. Fórmulas de preclusão e efeitos da decisão nos planos normativo e dos atos singulares.....	364
10. Princípios jurisprudenciais regentes do controle concentrado.....	365
a) Princípio da não incidência do efeito vinculante aos atos do Poder Legislativo.....	366
b) Princípio da modulação temporal dos efeitos do controle concentrado de normas	367
c) Princípio da transcendência dos motivos determinantes.....	368
d) Princípio da expansão da sentença declaratória de inconstitucionalidade.....	369

e) Princípio da proibição ao atalhamento constitucional	370
f) Princípio da parcelaridade.....	370
g) Princípio da interpretação conforme à constituição como técnica de controle concentrado de normas	371
h) Princípio da declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução do texto	371
i) Princípio da declaração de inconstitucionalidade sem a pronúncia da nulidade.....	373
j) Princípio da declaração de inconstitucionalidade da norma ainda constitucional, mas em trânsito para a inconstitucionalidade	373
k) Princípio do apelo ao legislador	374
l) Princípio da reserva do impossível.....	374
m) Princípio da reserva do possível.....	377
m.1) Reserva do possível e a Teoria do direito de ter direitos.....	379
11. Controle de constitucionalidade por elevação da causa	381
12. Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	383
13. Cláusula de reserva de plenário (CF, art. 97; CPC, arts. 480 a 482)	386
14. Controle preventivo de constitucionalidade	389
14.1. Colocação da matéria.....	389
14.2. Controle preventivo realizado pelas Comissões de Constituição e Justiça	390
14.3. Controle preventivo realizado pelo Chefe do Poder Executivo (veto jurídico)	391
15. Controle repressivo de constitucionalidade	391
15.1. Colocação da matéria.....	391
15.2. A regra é o Judiciário realizar o controle repressivo de constitucionalidade	391
15.3. Casos excepcionais em que o controle repressivo é realizado pelo Legislativo.....	392
15.3.1. Poder congressual de sustar atos normativos do Executivo (CF, art. 49, V)	392
15.3.2. Apreciação congressual de medidas provisórias (CF, art. 62, §§ 3º, 5º e 10)	393

Capítulo 7 — PODER CONSTITUINTE

1. Significado.....	394
2. Concepção clássica: a teoria de Emmanuel Joseph Sieyès	395
3. Formas de manifestação.....	398
4. Existe um poder constituinte “municipal”?	399
5. Etapa de criação constitucional: o poder constituinte originário	400
5.1. Natureza	400
5.2. Características.....	401
5.3. Espécies	402
a) Poder constituinte formal	402
b) Poder constituinte material.....	402
c) Poder constituinte revolucionário	402
5.4. Titularidade.....	403
5.5. Exercício.....	404
5.6. Limites extrajurídicos	405
5.6.1. Limites ideológicos	406
5.6.2. Limites institucionais.....	407
5.6.3. Limites substanciais (transcendentes, imanentes e heterônomos)	407
6. Etapa de reforma constitucional: o poder constituinte derivado	408
6.1. Natureza.....	408
6.2. Características.....	409
6.3. Espécies	409
6.4. Titularidade e exercício.....	410
6.5. Emenda e revisão: espécies do gênero “reforma constitucional”	410
6.6. Regime jurídico do poder constituinte derivado.....	411
6.7. Limites do poder reformador	411
6.8. Limites expressos	412
6.8.1. Limites formais.....	412

6.8.2. Limites circunstanciais.....	413
6.8.3. Limites materiais	414
a) Cláusulas pétreas	417
b) Extensão das cláusulas pétreas.....	417
c) As cláusulas pétreas podem ser reformuladas?.....	419
d) Eficácia das cláusulas pétreas.....	421
6.9. Limites implícitos.....	421
6.9.1. Limites implícitos aos direitos e garantias fundamentais	422
6.9.2. Limites implícitos à titularidade do poder constituinte originário.....	422
6.9.3. Limites implícitos à titularidade do poder reformador	422
6.9.4. Limites implícitos ao processo legislativo especial de reforma.....	422
7. Etapa de criação e reforma das cartas estaduais: o poder constituinte decorrente.....	423
7.1. Natureza.....	423
7.2. Características.....	424
7.3. Espécies.....	424
a) Poder constituinte decorrente institucionalizador.....	424
b) Poder constituinte decorrente reformador.....	426
7.4. Titularidade e exercício.....	426
7.5. Regime jurídico do poder constituinte decorrente.....	428
7.6. Limites	428
7.6.1. Limites autônomos.....	429
a) Princípios constitucionais sensíveis (ou enumerados)	430
b) Princípios constitucionais organizatórios (ou estabelecidos)	430
c) Princípios constitucionais extensíveis.....	432
7.6.2. Limites heterônomos.....	433
8. Etapa da mutação constitucional: o poder constituinte difuso.....	434
8.1. Natureza.....	434
8.2. Características.....	434
8.3. Manifestação	435
8.4. Mutações constitucionais.....	435
8.4.1. Terminologia.....	436
8.4.2. Como se apresentam.....	436
8.4.3. Categorias	437
8.4.4. Rigidez e mutabilidade	438
8.4.5. Limites das mutações constitucionais.....	439
8.5. Mutações inconstitucionais.....	439
8.6. Manipulações constitucionais	440
8.7. Manipulações inconstitucionais.....	441
8.8. Ativismo judicial: perigoso veículo de fraude à Constituição	442
9. Etapa da criação e reforma das constituições supranacionais: o poder constituinte transnacional.....	444
Capítulo 8 — INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO	
1. O que é interpretar a constituição.....	446
2. A interpretação constitucional é indispensável	447
3. A quem compete interpretar a constituição?	447
4. Inexiste interpretação “especificamente” constitucional.....	449
5. Teoria da argumentação na exegese constitucional	451
6. Não há receita pronta e acabada para interpretar a constituição	453
7. Métodos de interpretação constitucional.....	455
7.1. Métodos clássicos de interpretação constitucional	455
7.1.1. Os problemas jurídicos sob a lente da constituição	457
7.2. Métodos modernos de interpretação constitucional	458
8. Princípios de interpretação constitucional.....	459
a) Princípio da unidade da constituição	459

b) Princípio da correção funcional.....	459
c) Princípio da concordância prática (ou da harmonização)	460
d) Princípio da eficácia integradora (ou do efeito integrador)	460
e) Princípio da força normativa da constituição	461
f) Princípio da máxima efetividade	461
g) Princípio da razoabilidade (ou da proporcionalidade)	461
h) Princípio da conformidade (ou da justeza constitucional)	461
9. Técnicas de interpretação constitucional	463
a) Técnica da ponderação de valores (ou interesses)	463
b) Técnica da otimização de princípios	467
c) Técnica da filtragem constitucional	467
10. Postulado do legislador racional	468
11. Síndrome da interpretação retrospectiva das constituições	469
12. Interpretação inconstitucional de leis “constitucionais”	469
13. Interpretação constitucional de leis “inconstitucionais”	470
14. Interpretação conforme à constituição	470
a) Interpretação conforme com redução do texto	474
b) Interpretação conforme sem redução do texto	474

Capítulo 9 — APLICABILIDADE E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

1. Aplicabilidade constitucional	476
2. Eficácia constitucional	476
3. Eficácia normativa das constituições	477
4. Eficácia social das constituições	478
5. Classificação da aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais	478
a) Normas constitucionais de eficácia absoluta e aplicabilidade imediata	479
b) Normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade imediata	480
c) Normas constitucionais de eficácia contida e aplicabilidade imediata	481
c.1) Enquadramento eficaz do art. 5º, § 1º, da Carta de 1988	482
d) Normas constitucionais de eficácia limitada e aplicabilidade diferida	482
d.1) Normas limitadas por princípio institutivo	483
d.2) Normas limitadas por princípio programático	484
e) Normas constitucionais de eficácia esvaída e aplicabilidade esgotada	485
f) Normas constitucionais de eficácia exaurida e aplicabilidade esgotada	487
6. Imperatividade eficaz das normas constitucionais	487
7. Efeitos temporais da norma constitucional	488
a) Princípio da recepção	489
b) Princípio da recepção material	489
c) Princípio da revogação	490
d) Princípio da repristinação	490
e) Princípio da desconstitucionalização	491

Capítulo 10 — CARACTERÍSTICAS DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

1. Panorama das nossas constituições	492
2. Constituição de 1824	492
3. Constituição de 1891	494
4. Constituição de 1934	495
5. Constituição de 1937	495
6. Constituição de 1946	496
7. Constituição de 1967	497
7.1. Emenda Constitucional n. 1/69 à Constituição de 1967	498
8. Constituição de 1988	499

Capítulo 11 — PREÂMBULO CONSTITUCIONAL

1. Significado	502
2. Natureza jurídica	503

3. Não há inconstitucionalidade por violação do preâmbulo	504
4. Mensagem preambular da Constituição de 1988	504
5. Evocação à Divindade.....	505
Capítulo 12 — PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	
1. Que são princípios fundamentais.....	507
2. Princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.....	508
3. Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil	520
4. Princípios regentes das relações internacionais da República brasileira.....	521
5. Idioma oficial e símbolos da República Federativa do Brasil.....	524
Capítulo 13 — DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	
1. Teoria geral dos direitos e garantias fundamentais.....	526
2. Que são direitos fundamentais.....	526
3. Natureza jurídica dos direitos e garantias fundamentais	527
4. Finalidades dos direitos fundamentais: defesa e instrumentalização.....	527
5. Declarações de direitos fundamentais	527
6. Gerações dos direitos fundamentais	528
6.1. Gerações, famílias e dimensões dos direitos fundamentais.....	528
a) Direitos fundamentais de primeira geração: direitos individuais.....	529
b) Direitos fundamentais de segunda geração: direitos sociais, econômicos e culturais.....	529
c) Direitos fundamentais de terceira geração: direitos de fraternidade ou solidariedade.....	529
d) Direitos fundamentais de quarta geração: direito dos povos	530
e) Direitos fundamentais de quinta geração: direito à paz	530
f) Direitos fundamentais de sexta geração: direito à democracia, à informação e ao pluralismo político.....	531
7. Direitos não se confundem com garantias fundamentais.....	532
8. Classificação das garantias fundamentais na Constituição de 1988	533
9. Abrangência dos direitos e garantias fundamentais.....	533
10. Características dos direitos e garantias fundamentais.....	534
11. Os direitos e garantias fundamentais, em regra, são relativos.....	534
12. Destinatários dos direitos e garantias fundamentais.....	536
12.1. O estrangeiro e as liberdades públicas	536
12.2. Pessoa jurídica e liberdades públicas.....	537
12.3. Empresas estrangeiras e liberdades públicas.....	538
12.4. Quase pessoas jurídicas e liberdades públicas	538
13. Caráter vinculante dos direitos e garantias fundamentais	539
a) Vinculação legislativa.....	539
b) Vinculação executiva.....	539
c) Vinculação jurisdicional.....	540
14. Eficácia e aplicabilidade dos direitos e garantias fundamentais	540
14.1. Eficácia horizontal dos direitos e garantias fundamentais	541
14.2. Eficácia horizontal e harmonização de interesses em disputa	542
15. Direitos e deveres individuais e coletivos.....	543
16. Direito à vida (art. 5º, <i>caput</i>)	543
16.1. Aborto.....	545
16.2. Anencefalia.....	545
16.3. Eutanásia.....	549
16.3.1. “Morte digna”: a experiência norte-americana	550
16.4. Suicídio	551
16.5. Pena de morte.....	551
16.6. Clonagem.....	553
17. Princípio da igualdade (art. 5º, <i>caput</i>).....	554
a) Ações afirmativas	555
b) Política de cotas na UnB: a ADPF 186	557

17.1. Objetivos do princípio da igualdade: posição do STF	560
17.2. Igualdade formal e igualdade material.....	561
17.3. Igualdade perante a lei e igualdade na lei	561
17.4. Limite de idade em concurso público e princípio da igualdade	562
17.5. Igualdade entre homens e mulheres	562
17.6. Igualdade entre sexos e admissão em emprego: a Lei n. 9.029/95.....	563
17.7. Prerrogativa de foro em ações de separação judicial e divórcio direto.....	563
18. Princípio constitucional da legalidade (arts. 5º, II, 37, <i>caput</i> , e 84, IV).....	564
18.1. Legalidade e reserva legal	566
18.2. Princípio da legalidade e outorga do poder regulamentar	566
19. Proibição à tortura (art. 5º, III)	566
20. Liberdade de manifestação do pensamento (art. 5º, IV).....	567
20.1. Vedação constitucional ao anonimato: posição do STF.....	569
21. Direito de resposta (art. 5º, V).....	570
22. Inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem (art. 5º, X).....	572
22.1. Vida privada e intimidade.....	572
22.2. Honra.....	573
22.3. Imagem	573
23. Indenização por dano material, moral, estético e à imagem (art. 5º, V e X).....	574
23.1. Dano material	574
23.2. Dano moral	575
23.3. Dano estético.....	576
23.4. Dano à imagem	577
24. Liberdade de consciência, de religião e de convicção (art. 5º, VI e VIII)	577
24.1. Escusa de consciência	579
24.2. Intolerância religiosa.....	580
a) Intolerância religiosa como conduta de ódio	581
b) Intolerância religiosa subjetiva e objetiva.....	583
c) Vedação constitucional à intolerância religiosa	584
d) Legislação sobre intolerância religiosa	587
e) Por uma nova legislação de combate à intolerância religiosa	588
25. Assistência religiosa (art. 5º, VII)	589
26. Liberdade de expressão (art. 5º, IX)	590
26.1. Limites à liberdade de expressão.....	590
27. Inviolabilidade de domicílio (art. 5º, XI)	591
27.1. Dia e noite para fins de inviolabilidade domiciliar	593
27.2. Inviolabilidade domiciliar e Fisco.....	594
27.3. Inviolabilidade domiciliar e princípio da reserva de jurisdição.....	594
28. Direito ao sigilo (art. 5º, XII)	595
28.1. Sigilo de correspondência	597
28.2. Sigilo das comunicações telegráficas.....	598
28.3. Sigilo das comunicações de dados	598
a) Sigilo bancário.....	599
b) Sigilo fiscal	602
c) Quebra dos sigilos bancário e fiscal pelas CPIs.....	603
d) Quebra dos sigilos bancário e fiscal pela Receita Federal	604
d.1) Primeiro estágio da jurisprudência do STF: quebra de sigilo só com ordem judicial... ..	605
d.2) Segundo estágio da jurisprudência do STF: quebra de sigilo sem ordem judicial	606
e) Quebra dos sigilos bancário e fiscal pelo Ministério Público.....	609
28.4. Sigilo das comunicações telefônicas.....	611
a) Interceptação telefônica	611
a.1) Considerações sobre a Lei n. 9.296/96 (interceptações telefônicas)	612
b) Interceptação telefônica em face do sigilo profissional.....	615
c) Gravação clandestina	616
c.1) Absurdo que deve ser combatido	619
c.2) Quando uma gravação como meio de prova é válida.....	620
28.5. Sigilo das comunicações telemáticas.....	621

29. Direito de reunião (art. 5º, XVI)	622
30. Direito de associação (art. 5º, XVII a XXI)	623
31. Direito de propriedade (art. 5º, XXII)	626
32. Função social da propriedade (arts. 5º, XXIII; 170; 182, § 2º; e 186, <i>caput</i>)	627
33. Desapropriação (art. 5º, XXIV)	628
34. Direito de requisição (art. 5º, XXV)	631
35. Garantia à pequena propriedade rural (art. 5º, XXVI)	632
36. Proteção aos direitos autorais (art. 5º, XXVII e XXVIII, <i>a e b</i>)	633
37. Proteção à propriedade industrial (art. 5º, XXIX)	634
38. Direito de herança (art. 5º, XXX)	634
39. Sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil (art. 5º, XXXI)	635
40. Defesa do consumidor (arts. 5º, XXXII, e 170, V)	635
41. Liberdade de informação (art. 5º, XIV e XXXIII)	636
41.1. Liberdade de acesso à informação (art. 5º, XIV)	636
a) Sigilo da fonte	636
b) O jornalista e a proteção do sigilo da fonte	636
41.2. Direito de receber informações dos órgãos públicos (art. 5º, XXXIII)	637
a) Decreto n. 5.301/2004	638
b) Decreto n. 5.584/2005	639
c) Lei n. 12.527/2011	639
42. Inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV)	639
43. Garantia da estabilidade das relações jurídicas (art. 5º, XXXVI)	643
43.1. Direito adquirido	643
a) Como funciona a garantia do direito adquirido	644
b) Consequências processuais advindas do direito adquirido	645
c) Direito adquirido e regime jurídico de instituto de direito	645
d) Direito consumado, expectativa de direito e simples faculdades legais	646
43.2. Ato jurídico perfeito	647
43.3. Coisa julgada	648
43.4. Preservação de situações de fato	649
44. Tribunal do Júri (art. 5º, XXXVIII)	649
44.1. Plenitude de defesa (art. 5º, XXXVIII, <i>a</i>)	650
44.2. Sigilo das votações (art. 5º, XXXVIII, <i>b</i>)	651
44.3. Soberania dos veredictos e recorribilidade da decisão (art. 5º, XXXVIII, <i>c</i>)	651
44.4. Competência do júri quanto aos crimes dolosos contra a vida (art. 5º, XXXVIII, <i>d</i>)	652
44.5. Competências especiais por prerrogativa de função	653
45. Garantias constitucionais criminais	655
45.1. Legalidade e anterioridade da lei penal incriminadora (art. 5º, XXXIX)	655
45.2. Retroatividade da lei penal (art. 5º, XL)	656
45.3. Discriminação a direitos e liberdades fundamentais (art. 5º, XLI)	657
45.4. Prática de racismo (art. 5º, XLII)	658
45.5. Crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia (art. 5º, XLIII)	658
45.6. Ação de grupos armados, civis e militares (art. 5º, XLIV)	661
45.7. Intransmissibilidade das penas (art. 5º, XLV)	662
45.8. Individualização das penas (art. 5º, XLVI)	662
45.9. Cumprimento das penas (art. 5º, XLVIII)	663
45.10. Prerrogativas dos presos (art. 5º, XLIX, L, LXII a LXVI, LXXV)	664
a) Análise da prisão preventiva na ordem constitucional brasileira	666
45.11. Identificação criminal (art. 5º, LVIII)	669
a) Advento da Lei n. 12.037/2009	670
b) Os não identificados civilmente	670
c) Como atestar a identificação civil	671
d) O que se inclui na identificação criminal	671
e) Direito de requerer a retirada da identificação fotográfica do inquérito ou processo	671
f) Revogação da Lei n. 10.054, de 7-12-2000	671
45.12. Ação penal privada subsidiária (art. 5º, LIX)	672
45.13. Regra da não prisão (art. 5º, LXI)	673
45.14. Prisão civil por dívida (art. 5º, LXVII)	674

a)	Descumprimento de obrigação alimentar	677
b)	Prisão civil e prestação alimentícia em atraso.....	678
c)	Prisão civil do devedor fiduciário	678
46.	Extradicação (art. 5º, LI e LII)	678
46.1.	Regras constitucionais para a extradicação.....	680
46.2.	Requisitos legais para a extradicação.....	682
46.3.	Competência para processar e julgar o extraditando.....	684
46.4.	Deveres do Estado requerente da extradicação.....	684
46.5.	Pedido de extensão: entendimento do STF	685
46.6.	Papel do Supremo Tribunal Federal na extradicação	685
46.7.	Pedido extradicional: procedimento.....	686
46.8.	Prisão no procedimento extradicional	687
46.9.	Legalidade do ato concessivo de refúgio e natureza dos crimes imputados ao extraditando: o “caso Cesare Battisti”	688
46.9.1.	Reflexões sobre o “caso Cesare Battisti”.....	691
46.10.	Expulsão.....	692
46.11.	Extradicação e expulsão de estrangeiro com cônjuge e filhos brasileiros.....	694
47.	Devido processo legal (art. 5º, LIV).....	695
47.1.	Funcionamento e importância do devido processo legal.....	696
47.2.	Qual a amplitude do devido processo legal?	696
47.3.	Princípios constitucionais derivados do devido processo legal	698
a)	Princípio implícito do duplo grau de jurisdição	698
b)	Princípio da razoabilidade.....	700
c)	Princípios do juiz e do promotor natural (art. 5º, XXXVII e LIII)	702
d)	Princípios do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV)	704
d.1)	Interrogatório por videoconferência	707
e)	Princípio da proibição da prova ilícita (art. 5º, LVI).....	709
e.1)	Uso excepcional das provas ilícitas e princípio da proporcionalidade.....	711
e.2)	Convalidação das provas ilícitas em nome da legítima defesa	712
e.3)	Provas ilícitas por derivação: frutos da árvore envenenada	713
f)	Princípio da motivação das decisões (art. 93, IX e X)	715
g)	Princípio da publicidade (arts. 5º, LX, e 93, IX)	718
g.1)	Mudança de voto depois de proclamado o resultado do julgamento	719
h)	Princípio da razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII)	720
i)	Princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII).....	723
i.1)	HC 126.292/SP do STF: pena pode ser cumprida após decisão de segunda instância... ..	725
i.1.1)	ADCs 43 e 44: possibilidade da execução da pena após condenação em segunda instância	728
i.2)	Delação premiada	731
48.	Tratados internacionais e direitos fundamentais (art. 5º, § 2º)	732
48.1.	Princípio da não tipicidade constitucional	733
48.2.	Incorporação dos tratados internacionais na ordem jurídica brasileira	733
a)	Regime jurídico do art. 5º, § 2º, da CF: o novo entendimento do STF	735
b)	Regime jurídico do art. 5º, § 3º, da CF: equivalência com as emendas constitucionais	737
49.	Tribunal Penal Internacional (art. 5º, § 4º).....	740
49.1.	Estatuto de Roma e prisão de chefe de Estado estrangeiro.....	740
50.	Pacto de San José da Costa Rica em face da Constituição brasileira.....	743
a)	Finalidades do Pacto de San José da Costa Rica	743
b)	Pontos de interseção entre o Pacto de San José da Costa Rica e a Constituição brasileira... ..	744
c)	Temas decididos pelo STF com base no Pacto de San José da Costa Rica.....	745

Capítulo 14 — INSTRUMENTOS DE TUTELA DAS LIBERDADES

1.	Que são instrumentos de tutela das liberdades?.....	746
2.	Direito de petição (art. 5º, XXXIV, <i>a</i>).....	747

3. Direito de certidão (art. 5º, XXXIV, <i>b</i>)	749
4. <i>Habeas corpus</i> (art. 5º, LXVIII)	751
4.1. Perfil do <i>habeas corpus</i>	752
4.2. Pressupostos constitucionais de impetração	758
4.3. Legitimidade ativa no <i>habeas corpus</i>	759
4.4. Legitimidade passiva no <i>habeas corpus</i>	760
4.5. Ato de particular	761
4.6. Ato de Tribunais Regionais Federais ou Tribunais estaduais	761
4.7. Ato ilegal imputado a promotor de justiça	763
4.8. Ato de membro do Ministério Público Federal	763
4.9. Ato de Turma Recursal de Juizados Especiais Criminais	764
4.10. Ato de juiz especial nos Juizados Especiais Criminais	765
4.11. Punições disciplinares militares	765
4.12. Coação ilegal atribuída a Turma do STF	766
4.13. Liminar em <i>habeas corpus</i>	766
4.14. Empate no <i>habeas corpus</i> : favorecimento ao paciente	766
4.15. <i>Habeas corpus</i> e recurso ordinário: ajuizamento simultâneo	766
4.16. <i>Habeas corpus</i> e substituição de recurso ordinário constitucional	767
5. Mandado de segurança (art. 5º, LXIX)	767
5.1. Perfil do mandado de segurança	768
5.2. Cabimento do mandado de segurança	769
5.3. Legitimidade ativa no mandado de segurança (impetrante)	773
5.4. Legitimidade passiva no mandado de segurança (impetrado)	774
5.5. Autoridade coatora no mandado de segurança (coator)	775
5.6. Procedimento	776
a) Petição inicial	776
5.7. Prazo para impetração	778
5.8. Competência	779
a) Competência do Supremo Tribunal Federal	780
a.1) Excepcionalmente, compete ao STF julgar <i>mandamus</i> contra ato da própria Corte	780
b) Competência do Superior Tribunal de Justiça	781
c) Competência dos Tribunais Regionais Federais	781
d) Competência dos juízes federais	781
e) Competência dos Juizados Especiais	781
5.9. Liminar em mandado de segurança	781
a) Disciplina da medida liminar na Lei n. 12.016/2009	782
6. Desistência da ação de segurança	784
7. Mandado de segurança coletivo (art. 5º, LXX)	785
7.1. Regime jurídico	785
7.2. Natureza	786
7.3. Finalidade: defender direitos coletivos e individuais homogêneos	786
7.4. Objeto: não se exige que o direito seja peculiar à classe	787
7.5. Impetração simultânea do <i>writ</i> coletivo e individual: possibilidade	788
7.6. Legitimidade ativa (impetrantes)	788
a) Partidos políticos com representação no Congresso Nacional	789
b) Sindicatos, entidades de classe e associações	791
7.7. Legitimidade passiva	792
7.8. <i>Writ</i> coletivo e litisconsórcio	792
7.9. Coisa julgada	792
7.10. Liminar em <i>writ</i> coletivo	793
8. Mandado de injunção (art. 5º, LXXI)	793
8.1. Antecedentes	794
8.2. Natureza jurídica	794
8.3. Mandado de injunção e ADIn por omissão	795

8.4. Requisitos.....	795
8.5. Objeto.....	795
8.6. Legitimidade ativa	797
a) Mandado de injunção coletivo.....	797
8.7. Legitimidade passiva.....	799
8.8. Procedimento: Lei n. 13.300/2016.....	800
8.8.1. Petição inicial	800
8.8.2. Oitiva do Ministério Público.....	801
8.9. Medida liminar.....	801
8.10. Competência	801
8.11. Decisão.....	803
8.12. Efeitos do mandado de injunção.....	803
a) Efeitos do mandado de injunção na Lei n. 13.300/2016	805
8.13. Análise da Lei n. 13.300/2016.....	807
9. Habeas data (art. 5º, LXXII).....	808
9.1. Antecedentes	809
9.2. Natureza jurídica	809
9.3. Finalidades	809
9.4. Cabimento	810
a) Imprescindibilidade do interesse de agir.....	810
b) Habeas data e dados sigilosos da sociedade e do Estado.....	811
9.5. Legitimidade ativa	812
a) Impetração em nome de terceiros	812
b) Habeas data coletivo	812
9.6. Legitimidade passiva.....	812
9.7. Competência	813
9.8. Procedimento (Lei n. 9.507/97).....	814
10. Ação popular (art. 5º, LXXIII).....	816
10.1. Origem.....	816
10.2. Perfil constitucional.....	817
10.3. Finalidade: defender interesses difusos.....	817
10.4. Objeto: combater atos lesivos e ilegais.....	817
10.5. Legitimidade ativa	819
10.6. Legitimidade passiva	820
10.7. Competência	821
10.8. Sentença e coisa julgada.....	822
10.9. Isenção de custas e ônus da sucumbência.....	822

Capítulo 15 — DIREITOS SOCIAIS

1. Direitos sociais: noção e funcionamento.....	823
2. Finalidade dos direitos sociais.....	823
3. Natureza dos direitos sociais	823
4. Sujeito passivo dos direitos sociais.....	824
5. Classificação dos direitos sociais.....	824
6. Efetividade e proteção dos direitos sociais.....	824
7. Direitos sociais e direitos dos trabalhadores.....	825
8. Previsão constitucional dos direitos sociais (art. 6º).....	826
8.1. Alimentação e transporte como direitos sociais básicos: a Emenda Constitucional n. 64/2010.....	828
9. Direitos dos trabalhadores urbanos e rurais (art. 7º).....	829
9.1. Direitos dos trabalhadores domésticos: a Emenda Constitucional n. 72, de 2-4-2013.....	844
10. Liberdade de associação profissional e sindical (art. 8º).....	846
10.1. Princípios constitucionais da liberdade associativa (art. 8º, I a VIII).....	846
10.2. Contribuições confederativa e sindical.....	849
11. Direito de greve (art. 9º).....	851

Capítulo 16 — DIREITO DE NACIONALIDADE

1. Significado.....	853
2. Noções correlatas à nacionalidade.....	853
3. Brasileiros natos e naturalizados.....	854
a) Brasileiro nato.....	854
b) Brasileiro naturalizado.....	854
4. Tipos de nacionalidade: originária e secundária.....	855
4.1. Aquisição da nacionalidade originária.....	855
a) Regra do <i>ius solis</i> ou <i>ius loci</i> (art. 12, I, <i>a</i>).....	856
b) Regra do <i>ius sanguinis</i> + critério funcional (art. 12, I, <i>b</i>).....	856
c) Regra da nacionalidade potestativa: <i>ius sanguinis</i> + critério residencial + opção confirmati- va (art. 12, I, <i>c</i>).....	857
c.1) Nacionalidade potestativa e opção.....	857
c.2) Nacionalidade potestativa antes da Carta de 1988.....	858
c.3) Nacionalidade potestativa depois da Carta de 1988.....	858
c.4) ECR n. 3/94: supressão do critério <i>ius sanguinis</i> + registro.....	858
c.5) EC n. 54/2007: registro em repartição competente e maioridade (18 anos completos).....	859
4.2. Aquisição da nacionalidade secundária.....	861
4.2.1. Polipátridas e apátridas (ou <i>Heimatlos</i>).....	861
a) Polipátridas e os conflitos positivos de nacionalidade.....	861
b) Apátridas e os conflitos negativos de nacionalidade.....	862
4.2.2. Tipos de naturalização.....	863
a) Naturalização tácita (ou grande naturalização).....	863
b) Naturalização expressa (explícita ou taxativa).....	863
b.1) Naturalização ordinária (ou comum).....	863
b.1.1) Quase nacionalidade.....	864
b.2) Naturalização extraordinária (ou quinquenária).....	867
4.2.3. Radicação precoce e conclusão de curso superior.....	868
5. A lei não pode distinguir brasileiros natos e naturalizados.....	869
a) Extradicação (CF, art. 5º, LI).....	870
b) Cargos (CF, art. 12, § 3º).....	870
c) Função (CF, art. 89, VII).....	871
d) Propriedade de empresa jornalística, de radiodifusão sonora, de sons e imagens (CF, art. 222).....	871
6. Perda da nacionalidade.....	872
6.1. Ação de cancelamento de naturalização (perda-punição).....	872
6.2. Naturalização voluntária (perda-mudança).....	873
a) Reconhecimento da nacionalidade originária pela lei estrangeira.....	874
b) Imposição de naturalização pela norma estrangeira.....	874
6.3. Nacionalidade adquirida com fraude à lei.....	874
6.4. Exclusão de hipótese da Carta de 1967.....	874
7. Reaquisição da nacionalidade brasileira perdida.....	875

Capítulo 17 — DIREITOS POLÍTICOS

1. Que são direitos políticos.....	876
2. Como se classificam os direitos políticos.....	876
3. Direitos políticos positivos.....	876
3.1. Direito de sufrágio.....	877
a) Natureza jurídica do sufrágio.....	877
b) Espécies de sufrágio.....	878
c) Direito de sufrágio e as capacidades eleitorais ativa e passiva.....	879
c.1) Elegibilidade.....	880
c.2) Condições de elegibilidade (CF, art. 14, § 3º).....	880
d) Exercício do sufrágio: o direito de voto.....	882
d.1) Natureza do voto.....	883
d.2) Características do voto.....	883

d.3) Plebiscito e referendo: formas de exercer o direito de voto.....	884
e) Eleitorado.....	886
e.1) Impossibilidade de “corpos eleitorais”	886
3.2. Sistemas eleitorais.....	886
a) Sistema majoritário.....	887
b) Sistema proporcional.....	887
c) Sistema misto.....	888
3.3. Procedimento eleitoral.....	889
4. Direitos políticos negativos.....	889
4.1. Inelegibilidades.....	890
4.1.1. Panorama das inelegibilidades na Constituição de 1988	890
a) Inelegibilidades absolutas.....	891
b) Inelegibilidades relativas.....	891
b.1) Inelegibilidade funcional por motivo de reeleição (art. 14, § 5º)	892
b.2) Inelegibilidade funcional por motivo de desincompatibilização (art. 14, § 6º)	896
b.3) Inelegibilidade reflexiva — casamento, parentesco ou afinidade (art. 14, § 7º)	900
b.4) Inelegibilidades militares (art. 14, § 8º).....	905
b.5) Inelegibilidades legais (art. 14, § 9º).....	906
4.2. Privação dos direitos políticos.....	910
4.2.1. Perda dos direitos políticos.....	911
4.2.2. Suspensão dos direitos políticos.....	913
a) Condenação criminal transitada em julgado (CF, art. 15, III): conclusões do STF e do TSE.....	913
b) Condenação criminal transitada em julgado e perda do mandato de parlamentares federais.....	915
c) Condenação criminal transitada em julgado e a Lei Complementar n. 64/90 (art. 1º, I, e).....	917
5. Reaquisição dos direitos políticos.....	917
5.1. Reaquisição dos direitos políticos perdidos.....	917
5.2. Reaquisição dos direitos políticos suspensos.....	918
6. Princípio da anualidade eleitoral.....	918
a) Exceção ao princípio da anualidade eleitoral: hipótese de eleição indireta	919
6.1. Criação de Município em ano eleitoral: impossibilidade.....	920
7. Cassação dos direitos políticos.....	920
7.1. Cumprimento imediato das decisões da Justiça Eleitoral.....	921
8. Impugnação de mandato eletivo.....	921
8.1. Ação de impugnação de mandato eletivo.....	922
9. Princípio da fidelidade partidária.....	923
10. Renúncia a mandato parlamentar e coligação.....	925
Capítulo 18 — PARTIDOS POLÍTICOS	
1. Que são partidos políticos?.....	926
2. Origem dos partidos políticos.....	926
3. Partidos políticos na Constituição de 1988.....	926
4. Criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos.....	927
5. Autonomia partidária.....	929
6. Registro partidário.....	930
7. Recursos do fundo partidário e propaganda eleitoral.....	930
8. Partidos políticos e organizações paramilitares.....	932
9. Inconstitucionalidade da cláusula de barreira.....	932
10. Do princípio da verticalização das coligações partidárias à regra da não obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas (CF, art. 17, § 1º).....	933
Capítulo 19 — ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO	
1. Organização político-administrativa e divisão espacial do poder.....	936

2. Federação	936
2.1. O Estado Federal brasileiro	938
2.2. Princípio da indissolubilidade do pacto federativo (CF, arts. 1 ^o , <i>caput</i> , e 18, <i>caput</i>)	939
2.3. Princípio implícito da simetria federativa	939
2.4. Federalismo assimétrico (CF, arts. 23; 43; 151, I; 155, I, <i>b</i> , § 2 ^o , VI e XII, <i>g</i>)	940
3. Entidades componentes da federação brasileira	941
4. União	941
4.1. Bens da União (CF, art. 20, I a XI)	942
4.2. Participação em recursos minerais (CF, art. 20, § 1 ^o)	944
4.3. Faixa de fronteira (CF, art. 20, § 2 ^o)	944
4.4. Regiões administrativas ou de desenvolvimento (CF, art. 43, §§ 1 ^o a 3 ^o)	945
5. Estados	946
5.1. Autonomia estadual (CF, art. 25)	947
5.1.1. Organização dos governos estaduais (CF, arts. 27, 28 e 125)	949
5.2. Bens dos Estados (CF, art. 26, I a IV)	952
5.3. Formação de Estados (CF, art. 18, § 3 ^o)	952
5.4. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões (CF, art. 25, § 3 ^o)	953
6. Municípios	954
6.1. Autonomia municipal (CF, arts. 1 ^o , <i>caput</i> ; 18, <i>caput</i> ; 29; 30 e 34, VII, <i>c</i>)	955
6.2. Lei orgânica municipal (CF, art. 29)	956
6.3. Organização dos governos municipais (CF, arts. 29 e 29-A)	957
a) Eleição e posse de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores (CF, art. 29, I a III)	957
b) Remuneração de prefeitos, vice-prefeitos e secretários municipais (CF, art. 29, V)	957
c) Prefeito — perda do mandato (CF, art. 29, XIV)	958
d) Julgamento do prefeito — foro especial por prerrogativa de função (CF, art. 29, X)	958
d.1) Competência dos Tribunais de Justiça	959
d.2) Competência das Câmaras de Vereadores	961
d.3) Competência dos Tribunais Regionais Eleitorais	961
d.4) Competência dos Tribunais Regionais Federais	961
d.5) Competência dos juízes de direito	962
e) Crime de responsabilidade do prefeito (CF, art. 29-A, § 2 ^o)	963
f) Número de vereadores por Município (CF, art. 29, IV)	964
f.1) Primeira redação do art. 29, IV, advinda da manifestação constituinte originária de 1988	964
f.2) Segunda redação do art. 29, IV, proveniente da Emenda Constitucional n. 58/2009	966
f.2.1) Inconstitucionalidade do art. 3 ^o , I, da Emenda Constitucional n. 58/2009	966
f.2.1.1) Decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás	968
f.2.1.2) ADIns no Supremo Tribunal Federal	968
g) Remuneração de vereadores (CF, art. 29, VI e VII)	971
h) Imunidade material dos vereadores (CF, art. 29, VIII)	973
i) Proibições e incompatibilidades dos vereadores (CF, art. 29, IX)	975
j) Crime de responsabilidade do Presidente da Câmara de Vereadores (CF, art. 29-A, § 3 ^o)	975
k) Funções legislativas e fiscalizatórias da Câmara Municipal (CF, art. 29, XI)	976
l) Cooperação no planejamento do Município (CF, art. 29, XII)	976
m) Iniciativa popular de projetos de lei (CF, art. 29, XIII)	976
6.4. Fiscalização do Município (CF, art. 31, §§ 1 ^o a 4 ^o)	976
6.5. Formação de Municípios (CF, art. 18, § 4 ^o — redação dada pela EC n. 16/96)	977
6.5.1. Emenda Constitucional n. 57/2008	979
7. Distrito Federal	980
7.1. Natureza	980
7.2. Brasília — Capital Federal	980
7.3. Autonomia	981
7.4. Governo do Distrito Federal	983

8. Vedações constitucionais de natureza federativa	984
9. Territórios Federais	985
9.1. Natureza autárquica	986
9.2. Como surgiram os Territórios Federais	986
9.3. Não mais existem Territórios Federais no Brasil	986
a) Os novos Estados de Roraima e Amapá	986
b) Fernando de Noronha: Distrito do Estado de Pernambuco	987
9.4. Podem ser criados novos Territórios Federais no Brasil	988
10. Competências federativas	989
10.1. Repartição de competências federativas	990
a) Princípio da predominância do interesse	990
b) Técnicas de repartição de competências	990
10.2. Panorama das competências federativas na Constituição de 1988	991
10.3. Competências da União	994
a) Competências administrativas da União (CF, art. 21, I a XXV)	994
a.1) Emenda Constitucional n. 69, de 29 de março de 2012	997
b) Competências legislativas da União (CF, art. 22, I a XXIX)	997
10.4. Competências dos Estados	1002
a) Competência remanescente ou reservada (CF, art. 25, § 1º)	1003
b) Competência enumerada (CF, arts. 18, § 4º, e 25, §§ 2º e 3º)	1003
c) Competência delegada (CF, art. 22, parágrafo único)	1003
d) Competência concorrente (CF, art. 24, I a XVI)	1004
e) Competência suplementar (CF, art. 24, §§ 1º a 4º)	1004
10.5. Competências do Distrito Federal	1004
10.6. Competências dos Municípios	1005
10.7. Competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios	1007
10.8. Competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal	1008
10.9. Competência suplementar dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	1011
11. Intervenção	1013
11.1. Intervenção da União nos Estados, no Distrito Federal ou nos Municípios situados em Territórios Federais	1014
a) Pressupostos materiais da intervenção federal (CF, art. 34, I a VII)	1015
b) Pressupostos formais da intervenção federal (CF, art. 36, I a III)	1018
c) Procedimento da intervenção federal	1019
c.1) Fase inicial	1019
c.2) Fase judicial	1019
c.3) Fase do decreto interventivo	1020
c.4) Fase do controle político e jurisdicional	1020
11.2. Intervenção estadual nos Municípios	1021

Capítulo 20 — ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Significado de Administração Pública na Constituição de 1988	1024
2. Decreto-Lei n. 200/67	1026
2.1. Administração direta	1026
2.2. Administração indireta	1026
3. Princípios constitucionais da Administração Pública	1028
3.1. Princípio da legalidade administrativa	1029
3.2. Princípio da impessoalidade administrativa	1030
3.3. Princípio da moralidade administrativa	1030
3.4. Princípio da publicidade administrativa	1033
3.5. Princípio da eficiência administrativa	1033
4. Preceitos constitucionais da Administração Pública	1034
5. Agentes públicos na Constituição	1034
5.1. Agentes políticos	1034

5.2. Particulares em regime de colaboração com o Poder Público	1055
5.3. Servidores públicos	1055
5.3.1. Servidores públicos no exercício de mandato eletivo	1056
5.3.2. Direitos sociais dos servidores públicos civis	1057
5.3.3. Formação e aperfeiçoamento de servidores públicos	1058
5.3.4. Prêmio de produtividade dos servidores públicos	1058
5.3.5. Estabilidade e efetividade dos servidores públicos civis	1058
5.3.6. Estágio probatório dos servidores públicos civis	1059
5.3.7. Perda do cargo do servidor público estável	1061
6. Sistema remuneratório dos agentes públicos	1063
6.1. Regime jurídico único	1063
6.2. Subsídios	1064
6.2.1. Irredutibilidade de subsídios	1066
6.2.2. Preservação do direito adquirido	1066
6.3. Teto remuneratório	1067
6.3.1. Emenda Constitucional n. 95/2016: limite de despesas públicas	1069
6.4. Regras remuneratórias no âmbito estadual, distrital e municipal	1069
6.5. Regras transitórias da EC n. 41/2003	1070
6.6. Princípio da periodicidade	1071
6.7. Vinculação e equiparação de espécies remuneratórias	1072
6.8. Proibição do “efeito repicão”	1073
6.9. Disponibilidade remunerada	1073
7. Aposentadoria dos agentes públicos	1074
7.1. Contribuição de inativos e pensionistas	1076
7.2. Espécies de aposentadoria	1078
a) Aposentadoria por invalidez permanente	1078
a.1) Emenda Constitucional n. 70, de 29 de março de 2012	1080
b) Aposentadoria compulsória	1080
c) Aposentadoria voluntária	1081
7.3. Regras para a aposentadoria	1082
8. Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios	1087
Capítulo 21 — ORGANIZAÇÃO DOS PODERES	
1. Organização constitucional de Poderes	1088
2. Poderes do Estado e defesa das liberdades públicas	1090
3. Poder Legislativo	1090
3.1. Congresso Nacional	1091
a) Atribuições do Congresso Nacional	1093
a.1) Competência legislativa do Congresso Nacional (CF, art. 48, I a XV)	1094
a.2) Competência exclusiva do Congresso Nacional (CF, art. 49, I a XVII)	1095
b) Convocação e comparecimento de Ministros de Estado (CF, art. 50, §§ 1º e 2º)	1099
c) Funcionamento do Congresso Nacional	1100
c.1) Legislatura: significado e período de duração	1100
c.2) Sessões legislativas	1101
c.3) Recesso parlamentar	1102
c.4) Deliberações parlamentares	1103
c.4.1) Quórum	1103
c.4.2) Técnica de positivação constitucional das maiorias	1103
d) Voto de liderança e princípio da colegialidade	1104
3.2. Câmara dos Deputados	1104
a) Eleição de deputados federais no Distrito Federal	1106
b) Sistema proporcional	1106
c) Competência privativa da Câmara dos Deputados	1108
3.3. Senado Federal	1109
a) Eleição de senadores	1110
b) Sistema majoritário	1111

b) Competência privativa do Senado Federal.....	1110
3.4. Estatuto dos Congressistas	1115
3.5. Origem e crise das imunidades parlamentares	1115
3.6. Disciplina constitucional das imunidades parlamentares	1117
3.7. Imunidade material (CF, art. 53, <i>caput</i>)	1117
a) Como funciona a imunidade material.....	1118
b) Imunidade material após o advento da EC n. 35/2001	1119
c) Extensão da imunidade material	1120
d) Imunidade material na jurisprudência do STF.....	1120
d.1) Irrenunciabilidade das imunidades	1121
d.2) Licenciamento para exercício de cargo no Poder Executivo.....	1121
d.3) Crimes contra a honra.....	1121
d.4) Proteção no exercício do mandato ou em razão dele.....	1122
d.5) Efeitos temporais da imunidade material.....	1124
d.6) Depoimento prestado em CPI	1124
d.7) Propaganda eleitoral.....	1125
d.8) Declaração em jornais e insuficiência de provas.....	1125
3.8. Imunidade processual (CF, art. 53, §§ 1º a 5º)	1125
a) Conteúdo da imunidade processual	1125
b) Abrangência da imunidade processual.....	1126
c) Extensão no tempo da imunidade processual	1126
d) Imunidade processual na jurisprudência do STF.....	1127
d.1) Prerrogativa de foro em razão da função.....	1128
d.2) Prerrogativa de foro nas infrações penais comuns	1129
d.3) Arquivamento da denúncia	1129
d.4) Cancelamento da Súmula 394 do STF.....	1129
d.5) Atualidade do mandato e competência do STF.....	1130
d.6) Desnecessidade de licença prévia para o processo de parlamentares	1131
d.7) Deliberação do pedido de processo parlamentar à Casa legislativa	1132
d.8) Superveniência da EC n. 35/2001	1132
e) Pedido de sustação e prescrição suspensa (CF, art. 53, §§ 4º e 5º).....	1134
3.9. Isenção do dever de testemunhar (CF, art. 53, § 6º).....	1135
3.10. Incorporação às Forças Armadas (CF, art. 53, § 7º, c/c o art. 143).....	1135
3.11. Imunidade parlamentar durante o estado de sítio (CF, art. 53, § 8º).....	1136
3.12. Incompatibilidades (CF, art. 54)	1136
3.13. Perda do mandato parlamentar (CF, art. 55, §§ 1º a 3º).....	1137
3.14. Renúncia do mandato parlamentar (CF, art. 55, § 4º)	1140
3.14.1. Renúncia de parlamentar extingue a competência do STF	1140
3.15. Afastamento do congressista (CF, art. 56, I e II).....	1141
3.16. Suplência parlamentar (CF, art. 56, §§ 1º e 2º)	1142
3.17. Vencimentos dos parlamentares: competência para fixar subsídios	1142
3.18. Comissões parlamentares	1143
3.19. Comissões permanentes.....	1145
3.20. Comissões temporárias ou especiais	1146
3.21. Comissões mistas.....	1146
3.22. Comissões parlamentares de inquérito	1146
a) Para que servem as CPIs	1147
b) Quórum de criação das CPIs	1148
c) Poderes investigatórios das CPIs	1150
c.1) Poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.....	1152
d) CPIs podem ordenar prisões?.....	1157
e) Limites constitucionais às CPIs.....	1158
f) Controle judicial das CPIs.....	1160

g) Medidas processuais contra atos das CPIs	1161
h) Intimação para depor em CPI.....	1164
i) Duração do inquérito parlamentar e prorrogação do prazo	1167
j) Direito ao silêncio e privilégio contra a autoincriminação.....	1169
k) Direito ao sigilo e decisão parlamentar fundamentada	1174
l) Prerrogativas profissionais do advogado	1178
m) Contraditório e ampla defesa no inquérito parlamentar.....	1180
n) Princípio da reserva de jurisdição no inquérito parlamentar.....	1182
o) Relatório.....	1184
p) Responsabilidade civil ou criminal dos infratores.....	1185
3.23. Comissão parlamentar representativa.....	1186
3.24. Processo legislativo.....	1186
3.24.1. Processo legislativo na Constituição de 1988	1187
3.24.2. Classificação do processo legislativo	1189
3.24.3. Fases de elaboração das leis e atos normativos	1189
a) Procedimento legislativo ordinário (ou comum)	1190
a.1) Fase introdutória do procedimento legislativo ordinário: a iniciativa de lei	1190
a.1.1) Iniciativa do Presidente da República (CF, art. 61, § 1º).....	1191
a.1.2) Iniciativa de lei do Poder Judiciário	1196
a.1.3) Iniciativa de lei para fixação do teto salarial	1197
a.1.4) Iniciativa de lei do Ministério Público	1198
a.1.5) Iniciativa popular de lei	1199
a.2) Fase constitutiva do procedimento legislativo ordinário: as deliberações	1199
a.2.1) Deliberação parlamentar.....	1199
a.2.1.1) Emenda parlamentar.....	1202
a.2.1.2) Votação	1202
a.2.1.3) Prazo para deliberação parlamentar	1203
a.2.2) Deliberação executiva.....	1203
a.2.2.1) Sanção.....	1203
a.2.2.2) Veto presidencial	1204
a.3) Fase complementar do procedimento legislativo ordinário: a certificação e a comunicação.....	1206
a.3.1) Promulgação.....	1206
a.3.2) Publicação	1207
b) Procedimento legislativo sumário.....	1207
c) Procedimento legislativo especial	1208
3.25. Espécies normativas	1209
a) Hierarquia entre as espécies normativas	1209
b) Atributos das espécies normativas	1210
3.25.1. Emendas à Constituição	1211
a) Procedimento legislativo especial das emendas à Constituição.....	1211
a.1) Fase introdutória do procedimento legislativo especial de emenda	1212
a.2) Fase constitutiva do procedimento legislativo especial de emenda.....	1212
a.3) Fase complementar do procedimento legislativo especial de emenda.....	1213
3.25.2. Leis complementares	1213
a) Natureza das leis complementares.....	1213
b) Surgimento das leis complementares no Brasil.....	1214
c) Diferenças entre leis complementares e leis ordinárias.....	1214
d) Há hierarquia entre leis complementares e leis ordinárias?.....	1215
e) Procedimento legislativo especial das leis complementares	1215
f) Alcance das leis complementares na visão do STF.....	1215
3.25.3. Leis ordinárias	1216
a) Campo de incidência das leis ordinárias.....	1217

b) Lei ordinária como ato complexo.....	1217
3.25.4. Leis delegadas.....	1217
a) Justificativa das leis delegadas.....	1218
b) Natureza das leis delegadas.....	1218
c) Surgimento no Brasil.....	1218
d) Procedimento legislativo especial das leis delegadas.....	1218
e) Poder congressional de sustar leis delegadas.....	1221
3.25.5. Medidas provisórias.....	1221
a) De onde vieram as medidas provisórias?.....	1222
b) Medida provisória e decreto-lei: diferenças.....	1223
c) Questões suscitadas das medidas provisórias.....	1224
d) Natureza das medidas provisórias.....	1224
e) Efeitos imediatos das medidas provisórias.....	1225
f) Características das medidas provisórias.....	1225
f.1) Excepcionalidade.....	1225
f.2) Efemeridade.....	1225
f.3) Precariedade.....	1226
f.4) Condicionamento.....	1226
g) Pressupostos constitucionais de admissibilidade.....	1226
h) Procedimento elaborativo especial das medidas provisórias.....	1229
h.1) Aprovação integral de medidas provisórias.....	1230
h.2) Aprovação da medida provisória com modificações pelo Congresso Nacional.....	1232
h.3) Rejeição expressa da medida provisória pelo Congresso Nacional.....	1233
h.4) Rejeição tácita da medida provisória pelo Congresso Nacional.....	1234
i) Medida provisória já editada: obrigatoriedade de apreciação do Congresso Nacional.....	1235
j) Medidas provisórias editadas antes da publicação da EC n. 32/2001.....	1236
k) Medida provisória e lei anterior a ela.....	1236
l) Consequências da conversão de medida provisória em lei.....	1237
m) Governadores e prefeitos podem expedir medidas provisórias?.....	1238
n) Proibições materiais constitucionais à edição de medidas provisórias.....	1239
n.1) Proibição do art. 246 da Carta de 1988.....	1240
n.2) Proibição em matéria reservada à lei delegada.....	1240
n.3) Proibição do art. 62, § 1º, II, da Carta de 1988.....	1240
n.4) Proibição em matéria reservada à lei complementar.....	1240
n.5) Proibição do art. 62, § 1º, IV, da Carta de 1988.....	1241
n.6) Proibição em matéria tributária.....	1241
n.7) Proibição em matéria penal.....	1243
o) O § 6º do art. 62 da CF aplica-se, apenas, aos projetos de lei ordinária.....	1244
3.25.6. Decretos legislativos.....	1245
a) Procedimento legislativo especial de formação dos decretos legislativos.....	1245
b) Decretos legislativos em face dos atos e tratados internacionais.....	1245
c) Características da incorporação dos atos e tratados via decreto legislativo.....	1245
3.25.7. Resoluções.....	1246
a) Natureza e efeitos das resoluções.....	1246
b) Campo de incidência das resoluções.....	1247
c) Espécies de resolução.....	1247
d) Procedimento legislativo especial de formação das resoluções.....	1247
4. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.....	1248
4.1 Função fiscalizatória na Constituição.....	1248
4.2 Modalidades de fiscalização.....	1249
Formas de controle.....	1249
Controle externo.....	1249
Controle interno (ou autocontrole).....	1249

4.4. Quem deve prestar contas?.....	1250
4.5. Participação popular no controle externo da Administração Pública	1250
4.6. Tribunais de Contas.....	1250
a) Missão dos Tribunais de Contas	1251
b) Tribunais de Contas perante as leis inconstitucionais	1251
4.7. Tribunal de Contas da União.....	1251
a) Composição do Tribunal de Contas da União.....	1252
b) Competências do Tribunal de Contas da União.....	1253
4.8. Tribunais de Contas estaduais, distrital e municipais.....	1256
4.9. Tribunal de Contas e rejeição das contas do Chefe do Executivo.....	1258
5. Poder Executivo.....	1258
5.1. Presidencialismo	1259
5.2. Presidente da República: chefe de Estado e chefe de governo	1260
5.3. Vice-Presidente da República.....	1262
5.4. Eleição e posse do Presidente e do Vice-Presidente da República.....	1263
5.5. Vacância da Presidência da República	1266
5.6. Substitutos e sucessores do Presidente da República.....	1266
a) Substitutos do Presidente da República.....	1266
b) Sucessão presidencial na hipótese de vacância definitiva.....	1267
5.7. Ausência do Brasil por mais de quinze dias: perda do mandato presidencial	1267
5.8. Atribuições privativas do Presidente da República.....	1268
a) Princípio da delegação de competência presidencial	1268
5.9. Responsabilidade do Presidente da República	1268
5.9.1. Crimes de responsabilidade do Presidente da República.....	1269
a) Que são crimes de responsabilidade?.....	1269
b) Crimes de responsabilidade: infrações constitucionais ou político-administrativas	1270
c) Crimes de responsabilidade: natureza e caracteres	1271
d) Surgimento e evolução dos crimes de responsabilidade no Brasil.....	1272
e) Crimes de responsabilidade na Constituição de 1988	1272
f) Crimes de responsabilidade: processo e julgamento.....	1273
g) Imunidade presidencial: cláusula de irresponsabilidade penal relativa.....	1274
5.9.2. Crimes comuns do Presidente da República.....	1275
5.9.3. Competência para julgar crimes comuns e de responsabilidade.....	1276
5.10. <i>Impeachment</i> do Presidente da República	1279
a) Origem do <i>impeachment</i>	1279
b) Evolução do <i>impeachment</i> no Brasil	1280
c) Perfil do <i>impeachment</i> na Constituição de 1988.....	1281
d) Desenvolvimento do processo de <i>impeachment</i>	1283
e) Pena de inabilitação por oito anos.....	1285
f) <i>Impeachment</i> e condenação criminal	1286
g) Renúncia e extinção do <i>impeachment</i>	1286
5.11. Poder Executivo federal, estadual, distrital, municipal e territorial.....	1287
a) Governador e vice-governador: dupla vacância e possibilidade de eleição indireta pela Assembleia Legislativa.....	1289
5.12. Órgãos auxiliares do Presidente da República.....	1291
a) Ministros de Estado	1291
b) Conselho da República.....	1293
c) Conselho de Defesa Nacional	1294
6. Poder Judiciário	1294
6.1. Funções típicas e atípicas do Poder Judiciário.....	1295
6.2. Estatuto da Magistratura — reserva de lei complementar federal	1296
6.3. Princípios constitucionais-estatutários da magistratura.....	1297
Regra do quinto constitucional.....	1298
Garantias do Poder Judiciário	1299

a)	Garantias institucionais da magistratura	1301
a.1)	Autonomia orgânico-administrativa do Poder Judiciário.....	1302
a.1.1)	O art. 102 da Lei Complementar n. 35/1979 foi recepcionado pela Carta de 1988?	1304
a.2)	Autonomia administrativa, financeira e orçamentária do Poder Judiciário.....	1305
a.2.1)	Princípio do autogoverno da magistratura	1305
b)	Garantias funcionais da magistratura	1306
b.1)	Garantias funcionais de liberdade	1306
b.1.1)	Vitaliciedade	1307
b.1.2)	Inamovibilidade.....	1307
b.1.3)	Irredutibilidade de subsídio.....	1308
b.2)	Garantias funcionais de imparcialidade.....	1309
6.6.	Precatórios judiciais	1309
a)	Obrigatoriedade da inclusão do precatório no orçamento dos entes públicos	1312
b)	Débitos de natureza alimentícia.....	1312
c)	Consignação ao Poder Judiciário de dotações e créditos	1314
d)	Regra das obrigações definidas em leis como de pequeno valor	1315
e)	Análise da Emenda Constitucional n. 62/2009.....	1316
e.1)	Teor do art. 100 da Constituição Federal após o advento da EC n. 62/2009	1318
e.2)	Ações diretas de inconstitucionalidade contra a EC n. 62/2009: entendimento do STF.....	1320
f)	Emenda Constitucional n. 94/2016.....	1322
6.7.	Órgãos do Poder Judiciário.....	1323
6.8.	Supremo Tribunal Federal.....	1325
a)	Supremo Tribunal Federal e a Suprema Corte dos Estados Unidos.....	1327
b)	Supremo Tribunal Federal: Corte Constitucional do Brasil?.....	1328
c)	Composição do Supremo Tribunal Federal	1329
d)	Competências do Supremo Tribunal Federal.....	1330
d.1)	Princípio da taxatividade constitucional das competências do STF.....	1331
d.1.1)	Desmembramento do processo do “Mensalão” (AP 470/MG).....	1333
d.2)	Competência originária do Supremo Tribunal Federal.....	1335
d.3)	Competência recursal do Supremo Tribunal Federal.....	1340
d.3.1)	Recurso ordinário constitucional.....	1340
d.3.2)	Recurso extraordinário.....	1342
d.3.2.1)	Repercussão geral das questões constitucionais.....	1344
d.3.2.1.1)	Não cabe recurso no STF para solucionar equívocos na aplicação da repercussão geral.....	1346
d.3.2.2)	Recurso extraordinário nas causas decididas em única ou última instância	1346
e)	Súmula vinculante.....	1350
6.8.1.	Conselho Nacional de Justiça	1369
a)	Composição do Conselho Nacional de Justiça	1370
b)	Competência do Conselho Nacional de Justiça.....	1371
c)	Controle dos atos do Conselho Nacional de Justiça	1373
6.9.	Superior Tribunal de Justiça.....	1374
a)	Composição do Superior Tribunal de Justiça.....	1374
b)	Competências do Superior Tribunal de Justiça	1375
b.1)	Competência originária do Superior Tribunal de Justiça.....	1376
b.2)	Competência recursal do Superior Tribunal de Justiça	1379
b.2.1)	Recurso ordinário para o STJ.....	1379
b.2.2)	Recurso especial.....	1380
b.2.2.1)	Arguição de inconstitucionalidade em recurso especial.....	1382
b.2.2.2)	Recurso especial e tutela de princípio geral de direito.....	1383
c)	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.....	1384
d)	Conselho da Justiça Federal	1384

6.10. Tribunais Regionais Federais e juízes federais	1384
a) Órgãos da Justiça Federal.....	1385
a.1) Tribunais Regionais Federais	1385
a.1.1) Composição dos Tribunais Regionais Federais.....	1386
a.1.2) Competências dos Tribunais Regionais Federais	1387
a.1.2.1) Competência originária dos Tribunais Regionais Federais	1387
a.1.2.2) Competência recursal dos Tribunais Regionais Federais	1388
a.2) Juízes federais	1389
a.2.1) Organização da Justiça Federal de primeiro grau	1389
a.2.2) Competência dos juízes federais	1389
a.2.3) Regras complementares de competência dos juízes federais	1392
6.11. Tribunais e juízes do trabalho	1394
a) Organização da Justiça do Trabalho	1394
a.1) Tribunal Superior do Trabalho	1394
a.2) Tribunais Regionais do Trabalho	1396
a.3) Juízes do trabalho	1397
b) Competência da Justiça do Trabalho	1397
b.1) Amplitude do art. 114 da Constituição Federal	1398
b.2) Desdobramento do art. 114 da Constituição Federal.....	1399
6.12. Tribunais e juízes eleitorais.....	1403
a) Órgãos da Justiça Eleitoral	1403
a.1) Tribunal Superior Eleitoral.....	1403
a.2) Tribunais Regionais Eleitorais.....	1404
a.3) Juízes e Juntas Eleitorais	1405
6.13. Tribunais e juízes militares	1406
a) Órgãos da Justiça Militar	1407
a.1) Superior Tribunal Militar	1407
a.2) Tribunais e juízes militares.....	1408
6.14. Tribunais e juízes dos Estados	1408
a) Princípios organizatórios da Justiça comum	1409
b) Usurpação de iniciativa reservada.....	1409
c) Competência dos Tribunais de Justiça.....	1410
d) Organização da Justiça Militar estadual.....	1411
6.15. Juizados especiais	1412
a) Fundamento constitucional dos juizados especiais	1413
b) Juizados cíveis e criminais	1413
c) Distinção entre juizados especiais e juizados de pequenas causas	1414
d) Procedimento sumariíssimo	1414
e) Juizados especiais no âmbito da Justiça Federal	1415
6.16. Juizados de paz	1415

Capítulo 22 — FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

1. Que são funções essenciais à Justiça?	1417
2. Ministério Público	1418
2.1. Origem do Ministério Público	1418
2.2. Surgimento do Ministério Público no Brasil	1419
2.3. Evolução do Ministério Público nas Constituições brasileiras.....	1419
2.4. Ministério Público na Constituição de 1988.....	1420
2.5. Posição institucional do Ministério Público	1422
2.6. Natureza administrativa das funções do Ministério Público	1423
2.7. Princípios institucionais do Ministério Público	1423
a) Unidade.....	1424
b) Indivisibilidade.....	1424
c) Independência funcional	1424

c.1) Autonomia funcional e administrativa do Ministério Público.....	1426
c.2) Autonomia orçamentária e financeira do Ministério Público	1426
2.8. Organização constitucional do Ministério Público.....	1427
a) Ministério Público da União: nomeação e destituição do Procurador-Geral da República..	1427
b) Ministérios Públicos dos Estados, Distrito Federal e Territórios: nomeação e destituição do Procurador-Geral de Justiça	1429
2.9. Ingresso na carreira do Ministério Público	1430
2.10. Garantias do Ministério Público	1432
a) Garantias institucionais do Ministério Público.....	1433
b) Garantias funcionais do Ministério Público	1433
b.1) Garantias funcionais de liberdade.....	1433
b.1.1) Vitaliciedade	1433
b.1.2) Inamovibilidade.....	1434
b.1.3) Irredutibilidade de subsídio.....	1435
b.2) Garantias funcionais de imparcialidade	1435
2.11. Funções institucionais do Ministério Público.....	1438
a) Funções ministeriais previstas na Constituição Federal.....	1438
a.1) Legitimidade do Ministério Público para propor ações civis	1440
a.2) O Ministério Público tem poder de investigação criminal?	1440
a.2.1) Posicionamento do Supremo Tribunal Federal	1442
b) Funções ministeriais previstas na Lei n. 8.625/93	1446
2.12. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União	1447
a) Ministério Público junto aos Tribunais de Contas estaduais	1448
2.13. Conselho Nacional do Ministério Público	1448
a) Composição do Conselho Nacional do Ministério Público.....	1449
b) Competência do Conselho Nacional do Ministério Público.....	1450
3. Advocacia Pública.....	1450
3.1. Advocacia-Geral da União	1450
3.2. Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal.....	1452
4. O profissional da advocacia	1453
4.1. Mandamentos do advogado.....	1455
4.2. Princípio constitucional da indispensabilidade do advogado	1455
4.3. Inviolabilidade do advogado	1456
4.4. Habilitação e exercício da advocacia.....	1458
4.5. Livre ingresso em repartições públicas.....	1459
4.6. Natureza jurídica dos honorários advocatícios.....	1459
4.7. Inconstitucionalidade da atuação da OAB no lugar da Defensoria Pública.....	1459
5. Defensoria Pública.....	1459
5.1. Essencialidade da Defensoria Pública.....	1460
5.1.1. Perfil constitucional dos Defensores Públicos.....	1461
5.1.2. Emenda Constitucional n. 80, de 4 de junho de 2014.....	1462
a) <i>Locus</i> constitucional.....	1462
b) <i>Status</i> de permanência.....	1463
c) Princípios institucionais da Defensoria Pública	1463
d) A terminologia “aplicando-se no que couber”	1463
e) A “PEC das Comarcas” e o prazo de 8 anos	1464
5.2. Organização da Defensoria Pública: Lei Complementar n. 132, de 7-10-2009	1464

Capítulo 23 — DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

1. Equilíbrio e estabilidade na ordem constitucional.....	1467
1.1. Defesa do Estado	1467
1.2. Defesa das instituições democráticas	1467
2. Sistema constitucional de crises	1468
2.1. Medidas excepcionais das situações de crise: estados de defesa e de sítio	1468

2.1.1.	O estado de defesa (CF, art. 136, §§ 1º a 7º).....	1470
a)	Pressupostos materiais e formais de decretação.....	1470
b)	Prisão no estado de defesa.....	1471
c)	O estado de defesa sujeita-se aos controles jurisdicional e político.....	1471
2.1.2.	O estado de sítio (CF, arts. 137 a 139).....	1472
a)	Pressupostos materiais e formais de decretação.....	1472
b)	Tipos de estado de sítio.....	1473
c)	Efeitos da decretação do estado de sítio.....	1473
d)	O estado de sítio também se sujeita aos controles jurisdicional e político.....	1473
2.1.3.	Diferenças entre o estado de defesa e o estado de sítio.....	1474
2.1.4.	Disposições comuns aos estados de defesa e de sítio (CF, arts. 140 e 141).....	1475
3.	Forças Armadas.....	1475
3.1.	Importância das Forças Armadas.....	1475
3.2.	Composição das Forças Armadas.....	1476
3.3.	Instituições nacionais, permanentes e regulares.....	1476
3.4.	Hierarquia e disciplina.....	1476
3.5.	Provisões constitucionais das Forças Armadas (CF, arts. 142 e 143).....	1477
4.	Segurança pública.....	1480
4.1.	Órgãos da segurança pública (CF, art. 144, I a V).....	1481
5.	Emenda Constitucional n. 60, de 11-11-2009.....	1483

Capítulo 24 — SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO

1.	Bases constitucionais da tributação.....	1484
2.	Componentes do sistema constitucional tributário.....	1486
2.1.	Impostos (CF, arts. 145, I, e 153 a 156).....	1487
2.1.1.	Impostos federais: competência da União.....	1487
2.1.2.	Impostos estaduais/distritais: competência dos Estados e do Distrito Federal.....	1490
2.1.3.	Impostos municipais: competência dos Municípios.....	1492
2.2.	Taxas (CF, art. 145, II).....	1493
2.3.	Empréstimos compulsórios (CF, art. 148).....	1495
2.4.	Contribuições especiais (arts. 145, III, e 149).....	1496
3.	Prevenção de conflitos tributários.....	1499
3.1.	Lei complementar tributária.....	1499
3.1.1.	Normas gerais em matéria tributária.....	1500
4.	Limitações constitucionais ao poder de tributar.....	1503
4.1.	Imunidades.....	1503
4.2.	Vedação de privilégios odiosos.....	1506
4.3.	Princípios constitucionais tributários.....	1509
4.3.1.	Princípios constitucionais tributários expressos.....	1510
a)	Princípio da legalidade tributária (art. 150, I).....	1510
b)	Princípio da igualdade tributária (art. 150, II).....	1511
c)	Princípio da capacidade contributiva (art. 145, § 1º).....	1511
d)	Princípio da irretroatividade da lei tributária (art. 150, III, <i>a</i>).....	1511
e)	Princípio da anterioridade tributária (art. 150, III, <i>b</i>).....	1512
f)	Princípio da carência tributária (art. 150, III, <i>c</i>).....	1514
g)	Princípio da proibição de confisco (art. 150, IV).....	1514
h)	Princípio da liberdade de tráfego (art. 150, V).....	1515
4.3.2.	Princípios constitucionais tributários decorrentes.....	1515
a)	Princípio da universalidade (art. 153, § 2º, I).....	1515
b)	Princípio da destinação pública dos tributos (art. 145).....	1515
c)	Princípio da não surpresa (art. 5º, II, <i>c/c</i> o art. 150, I).....	1516
4.3.3.	Princípios constitucionais tributários vedatórios.....	1517
a)	Princípio da uniformidade tributária (art. 151, I).....	1517
b)	Princípio da limitação de rendas (art. 151, II).....	1518

c) Princípio do poder de isenção (art. 151, III)	1518
d) Princípio da não diferenciação tributária (art. 152)	1518
4.3.4. Princípios constitucionais tributários específicos	1518
a) Princípio da progressividade (arts. 153, § 2º, I; 156, § 1º; 182, § 4º, II)	1518
b) Princípio da não cumulatividade do imposto (arts. 153, IV, § 3º, II; 155, II, § 2º, I)	1519
c) Princípio da seletividade do imposto (art. 153, IV, e § 3º, I)	1520
5. Repartição das receitas tributárias	1520

Capítulo 25 — FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO

1. Colocação da matéria	1523
2. Finanças públicas	1523
2.1. Normas gerais sobre finanças públicas	1524
2.2. Banco Central	1524
3. Orçamento	1525
3.1. Orçamento público na Constituição de 1988	1526
3.2. Organização dos orçamentos públicos	1527
a) Receita pública	1527
b) Despesa pública	1527
3.3. Espécies de orçamento público e as leis de iniciativa do Executivo	1529
a) Lei complementar financeira	1529
b) Lei plurianual	1529
c) Lei de diretrizes orçamentárias	1530
d) Lei orçamentária anual	1531
3.4. Orçamento-programa	1532
a) Orçamento-programa na Constituição de 1988	1533
3.5. Princípios constitucionais orçamentários	1533
a) Princípio constitucional da universalidade orçamentária	1534
b) Princípio constitucional da unidade orçamentária	1534
c) Princípio constitucional da programação orçamentária	1535
d) Princípio constitucional da pureza orçamentária	1535
e) Princípio constitucional do equilíbrio orçamentário	1536
f) Princípio constitucional da legalidade orçamentária	1536
g) Princípio constitucional da anualidade orçamentária	1536
h) Princípio constitucional da plurianualidade das despesas de investimento	1537
i) Princípio constitucional da não afetação da receita	1538
j) Princípio constitucional da quantificação dos créditos orçamentários	1538
3.6. Elaboração das leis orçamentárias	1538
3.7. Apreciação das leis orçamentárias	1539
3.8. Apresentação de emendas ao projeto das leis orçamentárias	1540
3.9. Rejeição do projeto da lei orçamentária anual	1541
3.10. Emenda Constitucional n. 86, de 17 de março de 2015	1541

Capítulo 26 — ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

1. Significado e amplitude	1544
2. Constituição econômica	1544
3. Ordenamento econômico composto e interpretação da ordem econômica	1545
4. Princípios gerais da atividade econômica	1546
5. Normas constitucionais da atividade econômica	1549
5.1. Remessa de lucros (CF, art. 172)	1549
5.2. Exploração direta de atividade econômica (CF, art. 173)	1550
5.3. Intervenção do Estado no domínio econômico (CF, art. 174)	1554
5.4. Exploração de serviços públicos (CF, art. 175)	1555
5.5. Exploração dos recursos minerais e energia hidráulica (CF, art. 176)	1557
5.6. Monopólios (CF, art. 177)	1558
5.7. Ordenação de transportes (CF, art. 178)	1560

5.8. Microempresas e empresas de pequeno porte (CF, art. 179).....	1561
5.9. Incentivo ao turismo (CF, art. 180)	1562
5.10. Requisição de documento ou informação comercial (CF, art. 181)	1562
6. Política urbana.....	1562
6.1. Normas constitucionais da política urbana.....	1563
a) Política de desenvolvimento urbano (CF, art. 182).....	1563
b) Usucapião pró-moradia (CF, art. 183)	1565
7. Política agrícola, fundiária e reforma agrária	1566
7.1. Política agrícola	1567
7.2. Política fundiária	1567
a) Alienação ou concessão de terras públicas (CF, art. 188, § 1º).....	1568
b) Distribuição de imóveis rurais (CF, art. 189)	1568
c) Aquisição ou arrendamento de propriedade rural (CF, art. 190).....	1569
d) Usucapião <i>pro labore</i> (CF, art. 191).....	1569
7.3. Reforma agrária	1570
a) Títulos da dívida agrária (CF, art. 184, <i>caput</i>)	1572
b) Indenização das benfeitorias úteis e necessárias (CF, art. 184, § 1º).....	1573
c) Decreto expropriatório (CF, art. 184, § 2º).....	1575
d) Procedimento contraditório especial (CF, art. 184, § 3º)	1576
e) Previsão orçamentária dos TDAs (CF, art. 184, § 4º).....	1576
f) Imunidade tributária (CF, art. 184, § 5º).....	1576
8. Sistema financeiro nacional	1576
8.1. Emenda Constitucional n. 40/2003 e o art. 192 da Constituição	1577
8.2. Irretroatividade da EC n. 40/2003.....	1578
8.3. Desconstitucionalização via EC n. 40/2003.....	1578
8.4. Revogação dos incisos, alíneas e parágrafos do art. 192	1578
8.5. Missão do Poder Judiciário em face da EC n. 40/2003	1579
8.6. Enquanto as leis complementares não forem editadas	1579
8.7. Limite da taxa de juros: perdura a discussão após a EC n. 40/2003?.....	1580
a) Limite da taxa de juros: polêmica que não precisava existir	1581
b) Limite da taxa de juros em face do estado permanente de mora legislativa	1583
c) Posições de vanguarda no Poder Judiciário.....	1583
8.8. Juros no Superior Tribunal de Justiça	1584
a) Cobrança de juros além do limite de 12% ao ano	1585
b) Cédulas de crédito rural, comercial e industrial.....	1585
c) Cobrança cumulada de juros remuneratórios e moratórios.....	1586
d) Cobrança de juros remuneratórios e comissão de permanência	1586
e) Cobrança da comissão de permanência pela taxa de mercado.....	1586
f) Substituição da taxa mensal de juros pela taxa Selic.....	1587
g) Uso da TR como índice de correção monetária.....	1587
h) Relações jurídicas nos contratos entre bancos e consumidores.....	1587

Capítulo 27 — ORDEM SOCIAL

1. Significado.....	1588
2. Seguridade social	1588
2.1. Objetivos da seguridade social	1589
2.2. Financiamento da seguridade social	1590
3. Saúde.....	1591
3.1. Diretrizes constitucionais das ações e serviços públicos de saúde	1593
3.2. Atribuição constitucional do Sistema Único de Saúde.....	1594
3.2.1. Agentes de saúde e agentes de combate às endemias na Emenda Constitucional n. 63/2010.	1597
3.3. Remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas.....	1597
3.4. Direito à saúde e políticas públicas	1598
4. Previdência social.....	1599

4.1.	Organização da previdência social.....	1599
4.2.	Vedações constitucionais previdenciárias.....	1601
a)	Proibição de diferenciações (CF, art. 201, § 1º).....	1601
b)	Proibição de benefício inferior ao salário mínimo (CF, art. 201, § 2º).....	1601
c)	Proibição de desatualização das contribuições (CF, art. 201, § 3º).....	1601
d)	Proibição aos “segurados facultativos” (CF, art. 201, § 5º).....	1602
4.3.	Regras constitucionais para a aposentadoria.....	1602
4.4.	Previdência privada de caráter complementar.....	1606
5.	Assistência social.....	1607
5.1.	Perfil da assistência social na Carta de 1988.....	1608
5.2.	Ações governamentais.....	1608
6.	Educação, cultura e desporto.....	1609
6.1.	Educação.....	1610
6.1.1.	Educação como programa constitucional.....	1610
6.1.2.	Princípios constitucionais do ensino.....	1611
6.1.2.1.	Taxa de matrícula, gratuidade do ensino público e Súmula vinculante n. 12.....	1613
6.1.3.	Autonomia universitária.....	1614
6.1.4.	Garantias constitucionais da educação.....	1617
6.1.5.	Educação infantil: obrigação constitucional do Município (CF, art. 208, IV).....	1619
6.1.6.	Sistemas de ensino.....	1619
6.1.7.	Financiamento do ensino público.....	1620
6.1.8.	Destinação dos recursos públicos no setor educativo.....	1621
6.1.9.	Plano decenal de educação.....	1622
6.2.	Cultura.....	1622
6.2.1.	Direitos constitucionais culturais.....	1623
6.2.2.	Patrimônio cultural brasileiro.....	1624
6.2.3.	Sistema Nacional de Cultura: a EC n. 71, de 29-11-2012.....	1626
6.3.	Desporto.....	1627
6.3.1.	Justiça desportiva.....	1627
a)	Justiça desportiva.....	1627
b)	Princípio do esgotamento da instância administrativa de curso forçado.....	1628
c)	Não compete à Justiça desportiva processar e julgar questões trabalhistas.....	1628
d)	Membros do Poder Judiciário não podem exercer funções na Justiça desportiva.....	1629
e)	Súmula vinculante n. 2 e a proibição de funcionamento das casas de bingos.....	1629
f)	Estatuto de Defesa do Torcedor.....	1630
7.	Ciência e tecnologia.....	1630
8.	Comunicação social.....	1632
8.1.	Liberdade de comunicação social.....	1632
8.2.	Limitações constitucionais à liberdade de comunicação social.....	1633
8.3.	Princípios constitucionais dos meios de comunicação.....	1635
8.4.	Propriedade de empresa jornalística, de radiodifusão sonora e de sons e imagens.....	1636
8.5.	Renovação dos serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens.....	1636
8.6.	Comunicação social e direito de antena.....	1637
9.	Meio ambiente.....	1638
9.1.	Meio ambiente ecologicamente equilibrado.....	1640
9.2.	Encargos do Poder Público na preservação ambiental.....	1641
9.3.	Normas assecuratórias do bem ambiental.....	1644
10.	A família, a criança, o adolescente, o jovem e o idoso.....	1645
10.1.	Família como base da sociedade.....	1646
10.1.1.	Regras constitucionais das relações familiares.....	1648
10.1.2.	Regras constitucionais do casamento.....	1649
10.1.3.	Emenda Constitucional do divórcio.....	1650
10.1.4.	União entre pessoas do mesmo sexo: posição do STF.....	1654
10.1.5.	Realização, pelo SUS, de cirurgias de transgenitalização.....	1656
10.2.	Proteção constitucional às crianças, aos adolescentes e aos jovens.....	1656

10.3. Amparo constitucional aos idosos	1659
10.3.1. Estatuto do Idoso: implementação do programa constitucional	1660
a) Objetivo do Estatuto do Idoso (art. 1º)	1660
b) Extensão de direitos (art. 2º)	1660
c) Princípio da solidariedade (art. 3º)	1661
d) Garantia de prioridade no atendimento (art. 3º, parágrafo único)	1661
e) Direito ao envelhecimento saudável (arts. 8º a 10)	1661
f) Direito ao sustento (arts. 11 a 14)	1662
g) Direito à saúde (arts. 15 a 19)	1662
h) Gratuidade do transporte público (arts. 39 a 42)	1663
i) Fiscalização do atendimento aos idosos (arts. 48 a 50)	1664
j) Obrigações das entidades de atendimento (art. 50)	1664
k) Prioridade na tramitação de procedimentos judiciais (art. 71)	1665
11. Índios	1665
11.1. Tutela constitucional do indigenato	1665
11.2. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios	1667
11.3. Usufruto exclusivo	1667
11.4. Mineração em terras indígenas	1668
11.5. Princípio da irremovibilidade dos índios	1668
11.6. Ocupação, domínio e posse das terras indígenas	1669
11.7. Demarcação das terras indígenas	1669
11.7.1. Demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol	1670
11.8. Defesa dos direitos e interesses dos índios	1676
11.9. Competência do STF e das Justiças Federal e Civil nas questões indígenas	1676

Capítulo 28 — DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS

1. Significado	1678
2. Conteúdo das disposições constitucionais gerais	1679
3. Vedações à União (art. 234)	1679
4. Criação de Estado (art. 235, I a XI)	1679
5. Serviços notariais e de registro (art. 236, §§ 1º a 3º)	1681
6. Fiscalização e controle sobre comércio exterior (art. 237)	1683
7. Venda e revenda de combustíveis (art. 238)	1684
8. Arrecadação do PIS/PASEP (art. 239)	1684
9. Ressalva às contribuições compulsórias (art. 240)	1685
10. Disciplina legal dos consórcios e convênios de cooperação (art. 241)	1685
11. Exceção ao princípio da gratuidade do ensino público (art. 242)	1686
12. Expropriação de glebas pelo cultivo de plantas psicotrópicas (art. 243)	1686
13. Acesso adequado aos portadores de deficiência (art. 244)	1687
14. Assistência aos herdeiros e dependentes de vítimas de crime doloso (art. 245)	1687
15. Proibição a medidas provisórias (art. 246)	1688
16. Previsão legal de critérios para perda de cargos públicos (art. 247)	1688
17. Observância ao teto remuneratório (art. 248)	1689
18. Fundos de contribuições, bens, direitos e ativos (arts. 249 e 250)	1689

Capítulo 29 — DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

1. Significado	1690
2. Natureza jurídica	1690
3. <i>Locus</i> das disposições constitucionais transitórias	1691
4. Objetivo das disposições constitucionais transitórias	1692
5. Disposições transitórias e princípio da recepção	1692
6. Disposições transitórias e emendas constitucionais	1693

Bibliografia	1695
--------------------	------

Índice remissivo	1723
------------------------	------